

Participação infantil na aula de música: crianças surdas e impactos nas trajetórias escolares

GTE 12 –Ensino de música nas escolas de educação básica

Comunicação

*Sandra Mara da Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina
sandra.cunha@udesc.br*

*Marcelo Lehmkhul
Universidade do Estado de Santa Catarina¹
marcelo.lehm@gmail.com*

*Giovana Heloisa Lima
Universidade do Estado de Santa Catarina²
giovana-limah@hotmail.com*

Resumo: Esta comunicação traz reflexões resultantes de duas pesquisas de iniciação científica cujo objeto é a participação infantil, direito das crianças de terem suas vozes ouvidas e consideradas nos processos decisórios. O contexto em foco são aulas de música de estagiários, desenvolvidas em escolas públicas de educação básica da cidade de Florianópolis no primeiro semestre de 2020. As reflexões centraram-se nas especificidades de cada uma das pesquisas: inclusão de crianças surdas em aulas de música e impactos nas trajetórias escolares de crianças e jovens, tendo como objetivo geral discutir a importância da escuta e da visibilização das vozes infantis nessa micro realidade social. Os referenciais teóricos que as fundamentaram se encontram na Educação Musical, em articulações com a Sociologia da Infância e com Estudos sobre Inclusão. O caminho das pesquisas combinou a pesquisa bibliográfica para o estudo da temática da participação infantil com a análise documental para o exame dos relatórios de estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs que compuseram o *corpus* investigativo. Como resultados, defendemos que a participação infantil seja uma das dimensões da atuação musical docente, a compor planejamentos de aulas e cursos de professores que atuam com a geração infância, constituída por pessoas de zero a 18 anos de idade. Consideramos, portanto, que participação infantil é um direito das crianças, questão importante a ser debatida no campo da Educação Musical com a finalidade de fomentar tempos e espaços mais inclusivos, participativos e democráticos nas aulas de música.

Palavras-chave: educação musical; sociologia da infância; participação infantil.

¹Bolsista de Iniciação Científica UDESC/PROBIC.

² Bolsista de Iniciação Científica UDESC/PROBIC.

Introdução

Esta comunicação traz reflexões resultantes de duas pesquisas de iniciação científica³ que fazem parte da investigação intitulada “Crianças na aula de música: participação infantil na educação musical escolar”⁴. O objeto de estudo dessas pesquisas é a participação infantil, direito fundamental de crianças e jovens de serem ouvidos e considerados nos processos decisórios, em situações nos quais se fazem presentes, como comunidades, escolas e outros espaços sociais. O contexto em foco é o da educação básica e, de modo específico, a participação infantil em aulas de música de estagiários da Licenciatura em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina, com o objetivo geral de discutir a importância da escuta e da visibilização das vozes infantis nessa micro realidade social.

Desenvolvidas de agosto de 2020 a agosto de 2021, as duas P-IC partem de alguns dos dados iniciais da investigação à qual estão vinculadas e se propõem pensar a participação infantil centrando as reflexões nas especificidades de cada uma delas: inclusão de crianças surdas na aula de música e impactos nas trajetórias escolares de crianças e jovens. Os referenciais teóricos que as fundamentaram se encontram na Educação Musical em suas articulações com a Sociologia da Infância e com Estudos sobre Inclusão.

A metodologia adotada combina a pesquisa bibliográfica para o estudo da temática da participação infantil, com a análise documental para o exame dos relatórios de estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs que compuseram o *corpus* das pesquisas.

O texto se constrói tendo como ponto de partida a explicitação do *corpus* das P-IC e os percursos trilhados com o apoio das metodologias adotadas. Em seguida, a segunda seção aborda desafios e possibilidades para as aulas de música no período inicial da pandemia, dado que no desenvolvimento das duas pesquisas estivemos o tempo todo em trabalho emergencial remoto.

Na terceira seção, os termos infância, crianças e participação infantil são conceituados tendo como referência a Sociologia da Infância e a Convenção dos Direitos da Criança. A quarta seção da comunicação tematiza crianças surdas em aulas de música, de modo mais ensaístico, visto que não encontramos crianças com essa deficiência nos estágios

³ As pesquisas de iniciação científica serão doravante identificadas com as iniciais P-IC.

⁴ Projeto aprovado pela Plataforma Brasil - CAAE nº 46038821.1.0000.0118.

no período analisado. Na quinta e última seção, as reflexões se voltam para os possíveis impactos da participação nas trajetórias escolares infanto-juvenis.

Nas considerações finais pontuamos que, embora o processo para a efetivação da participação infantil na sociedade ainda seja uma realidade a ser plenamente constituída, a jornada pode ser extremamente recompensadora para crianças e adultos que, juntos, podem construir espaços e tempos mais inclusivos, participativos e democráticos nas aulas de música.

As duas P-IC e os caminhos percorridos

As duas pesquisas trazidas nesta comunicação são P-IC e ambas fazem parte da investigação intitulada “crianças na aula de música: participação infantil na educação musical escolar”, em processo de realização no âmbito da Universidade do Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre agosto de 2019 a julho de 2023.

Para a definição do *corpus* das P-IC tivemos que lidar com a realidade imposta pela pandemia, que causou a diminuição de campos de estágio e, conseqüentemente, o número de relatórios. O *corpus* foi constituído de acordo com alguns critérios: (1) relatórios escritos por estagiários da disciplina Estágio Curricular Supervisionado ministrada pela professora e pesquisadora proponente da pesquisa à qual estão vinculadas as P-IC, tal como consta no projeto da mesma; (2) relatórios de estágios desenvolvidos na educação básica no primeiro semestre letivo de 2020 e; (3) TCCs que abordaram estágios supervisionados. Desse modo, o *corpus* das P-IC foi composto por relatórios escritos por seis estagiários e por dois TCCs defendidos no primeiro semestre letivo de 2020, realizados de modo presencial no ano de 2019.

As P-IC foram realizadas em duas fases principais. A primeira delas adotou a pesquisa bibliográfica como metodologia, envolveu leituras e fichamentos de textos da Educação Musical e da Sociologia da Infância. Essa fase abarcou também estudos junto ao grupo de pesquisa mei: música - educação - infância, nos quais foram discutidos pressupostos e conceitos fundantes da Sociologia da Infância (ABRAMOWICZ, 2018; SOARES, 2005), no diálogo com uma educação musical que propõe a participação de crianças (CUNHA, 2017).

Na segunda fase, selecionamos o *corpus* do material de estudo, e a metodologia adotada foi a análise documental. Relatórios e TCCs podem ser pensados como documentos dado que “não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 243)

Da leitura do *corpus* foram levantadas as principais temáticas abordadas e nos aprofundamos nas análises daquelas relacionadas às questões de interesse das duas pesquisas, à qual somamos a pandemia, questão que esteve presente em todos os relatos. Para a análise do material, nos valem da Semiótica, que nos ajudou a entender que relatórios de estágio são discursos que, ao mesmo tempo em que são socialmente estruturantes, são socialmente estruturados. Das leituras, análises e discussões sobre os mesmos, revelaram-se o contexto sócio histórico no qual foram produzidos e os sentidos contidos nos mesmos, os expressos e os ocultos (FAIRCLUGH; JESSOP; SAYER, 2002, p. 4)

Aulas de música na pandemia

Em março de 2020 foi decretado o cancelamento das aulas presenciais em razão da pandemia causada por um vírus de grande transmissibilidade e letalidade, o SARS-COVID 19. Alguns meses depois, escolas e universidades retomaram as aulas em formato emergencial remoto. No caso dos estágios supervisionados, o grande desafio foi o de pensar como dar prosseguimento às atuações dos estudantes, tanto pela necessidade de mudar alguns deles face à impossibilidade de continuidade, mesmo no modo remoto, quanto pelas necessárias adaptações de projetos de ensino inicialmente pensados para aulas presenciais. Não menos desafiador foi considerar as condições sociais, econômicas e emocionais adversas a serem enfrentadas por todos os envolvidos: professores, jovens, crianças e instituições.

Na nova situação de aulas adaptadas para o sistema de ensino emergencial remoto, o caminho encontrado foi o da utilização de plataformas digitais. Outras possibilidades que estavam ao alcance da maior parte dos estudantes e seus pais tiveram que ser acionadas: grupos de *whatsapp* e atividades impressas enviadas àqueles que não dispunham de acesso às aulas on-line.

Quando nos deparamos com esse cenário, outras questões relativas à especificidade da linguagem musical revelaram seus desafios. A experiência artística que ganha vida nos encontros e o conhecimento que se constrói nas relações entre professores e crianças, e entre elas, tiveram que ser suspensos para dar lugar a encontros à distância, mediados por telas de computadores e celulares. Isso, quando essa opção foi possível.

Naquela nova realidade, como cantar e tocar se os sons eram ouvidos de modo distorcido e os gestos se congelavam no tempo? Como trabalhar a escuta atenta e a criação musical em aulas remotas com base em situações que envolvem experimentações e escolhas, processos que são inerentes à invenção artística e eminentemente participativos? São

exemplos de algumas situações que tiveram que ser enfrentadas, e que não podem ser substituídas, porque acreditamos, assim como Kater (apud BIAZON, 2020, p. 15) que “o uso das tecnologias não pode significar uma simplificação ou massificação do ensino, reduzindo os meios existentes, substituindo o educador ou sua presença.”

Quando nos demos conta das diferentes realidades das escolas, mais um desafio aos elencados veio se somar: o silenciamento das vozes infantis que deixaram de ser ouvidas porque a escola que se garantiu no início da pandemia foi, segundo Tonucci (2021)⁵, a que menos funcionava para elas desde muito antes desse tempo: “a escola das aulas e das tarefas”.

Infância, crianças e participação infantil

De acordo com Ariès (2011) o sentimento de infância tal como o conhecemos hoje, surgiu na Idade Moderna.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 2011, p. 28)

A pesquisa do autor é considerada seminal ao desconstruir a naturalização e o sentido universal da infância e ao propor que ela seja objeto legítimo de estudo não apenas na história, mas também nas ciências sociais e humanas.

Ao questionar a ideia de incompletude das crianças tal como pensada pela teorias psicológicas desenvolvimentistas e o conceito de socialização como inculcação de regras e valores que os adultos imputam às crianças como se elas fossem incapazes de pensar por elas mesmas, a Sociologia da Infância emerge como um campo de estudos e pesquisas que concebe a infância como categoria social permanente na estrutura social, do tipo geracional. Para Qvortrup (2011, p. 206) as crianças são “coconstrutoras da infância e da sociedade”. De acordo com o autor, duas características definem a geração infância nas sociedades modernas:

[...] primeiramente uma, relacionada à prática, principalmente à escolarização das crianças ou, em termos mais gerais, à institucionalização das crianças; o que pode significar uma situação de confinamento até o final da infância, que coincidiria, então, com o final da escolarização compulsória. Em segundo lugar, em termos legais, o lugar da criança como menor – um lugar que é dado pelo grupo dominante correspondente, os adultos. Em

⁵ Palestra de Francesco Tonucci para o canal do NEPEI, UFMG no *YouTube*, 2021 (ver referências).

nenhum desses casos nós precisamos ter idades fixadas em termos biológicos, mas definições determinadas socialmente. (QVORTRUP, 2011 p. 203-204)

A geração infância é composta por crianças e jovens de até 18 anos de idade, seres com capacidade para falar em seu próprio nome e dizer de si mesmas e do mundo (CUNHA, 2020, p. 04). Elas são sujeitos de direitos, e esses são agrupados em três tipos, de acordo com a Convenção dos Direitos da Criança - CDC (UN, 1989; BRASIL, 1990). De modo resumido, são esses: direitos de provisão, referentes a terem uma vida digna, com alimentação e casa para viver; direitos de proteção, que devem resguardá-las de todas as formas de violência; direito de participação, para terem garantidas as possibilidades de expressar pontos de vista que devem ser considerados nos processos decisórios nos quais se encontrem envolvidas.

Tomás (2007, p. 57) afirma que “no contexto dos direitos humanos e dos direitos das crianças, (...), participar significa mais do que ‘fazer parte’”. A participação, de uma maneira geral, pode ser entendida como o envolvimento das crianças nos processos de pensar, decidir, promover e realizar ações, sobretudo quando estas tiverem um impacto direto nos indivíduos e na vida comunitária da qual fazem parte, criando possibilidades de que as decisões tomadas por elas possa afetar tanto suas vidas como a vida de toda a comunidade - adultos e crianças. Enquanto direito das crianças, a participação não necessita ser permitida pelos adultos, e muito menos deve ser forçada: ela depende de suas idades e, em especial, de seus interesses (HART, 1992, p. 5, tradução nossa).

Faz-se importante e necessário lembrar que o ato de participar é um dos princípios que forma uma democracia, quando consideramos o direito de todos de expressar pontos de vista e ações, levando em questão um entendimento sobre o contexto do seu entorno. A participação das crianças, nesse caso, é benéfica justamente porque passamos a pensar mais profundamente sobre a responsabilidade que adultos têm com elas, o que inclui também o reconhecimento de que não são lutas que elas enfrentam sozinhas, mas que é dever dos adultos apoiá-las para que elas possam ter esses direitos reconhecidos, porque também entendemos que a decisão dos adultos afeta diretamente a vida das crianças.

No cenário brasileiro, onde a má gestão de uma crise sanitária como a pandemia do SARS COVID-19 acarretou a morte de pais, avós e cuidadores responsáveis, muitas crianças se

tornaram órfãs, principalmente nas classes sociais mais desfavorecidas⁶. Essa situação nos leva a refletir justamente sobre a dificuldade que crianças têm de dizer e decidir sobre o que as afeta diretamente, porque as decisões políticas, tomadas por adultos impactam diretamente suas vidas.

Pesquisa realizada na Espanha em 2020, aborda as consequências do isolamento social das crianças no início da pandemia. A maneira como foram tomadas e conduzidas as decisões adultas, sem nada ter sido perguntado às crianças, mostrou que a vida desse grupo minoritário - a infância - pode ser atingida de uma maneira que escapa à percepção adulta sobre fatores e sujeitos envolvidos quando as decisões são tomadas (RODRIGUEZ-PASCOAL, 2021, p. 05).

Isso nos remete diretamente ao conceito que nomeia o modo adulto de pensar e agir na relação com as crianças, recorrente na sociedade ocidental, e que dificulta a participação delas. Estamos nos referindo ao conceito de adultismo, ou adultocentrismo, cujo sentido é o de que nem todos os adultos são a favor de serem vistos como iguais perante as crianças ou, que nem sempre as tomadas de decisões que partem dos adultos precisam ter o consentimento delas. Esse fato coloca a relação adulto-crianças em lados antagônicos, os quais, além de dificultar a luta pelos direitos de participação infantil, prejudicam o desenvolvimento da sociedade como um todo (RODRÍGUEZ-PASCOAL, 2021, p. 3).

Inclusão de crianças surdas e participação

Uma ausência sentida na leitura dos relatórios de estágios de música desenvolvidos no primeiro semestre de 2020 foi a das crianças surdas, porque essa era a temática de estudo de uma das P-IC que compõe este artigo. No entanto, apesar dessa ausência, consideramos importante manter o tema da pesquisa e abordá-lo de modo mais reflexivo, porque o objetivo era mesmo o de pensar a participação dessas crianças na aula de música tendo como norte a necessidade de quebrar a ideia de que a música pode ser percebida, praticada e aprendida exclusivamente por quem ouve. Pensamos que a música também pode ser “ouvida” de outros modos, ela pode ser sentida e compreendida por meio de diferentes sentidos, como o visual e o tátil. A escuta engloba diferentes sentidos relacionados ao ver, ouvir e sentir, pois a percepção sonora e musical para as pessoas surdas tem outra dimensão e, muitas vezes, uma

⁶O Brasil figura como um dos países em que a ocorrência de crianças que perderam pais, avós ou responsáveis por seus cuidadores foi maior, em razão da Covid-19, com 130 mil crianças, o que equivale a duas crianças a cada mil. (VENAGLIA; LOPES, 2021).

ligação mais profunda com todos os outros sentidos do que os ouvintes estão habituados a ter (FINCK, 2017, p. 118).

Pensar a participação de crianças surdas nas aulas de música significa, também, lembrar que sua inclusão na escola de educação básica, assim como crianças que têm outras deficiências, é fundamental para que se possa estabelecer outros parâmetros sobre as diferenças existentes entre crianças, ou seja, para livrá-las de julgamentos acerca do que seria a normalidade. A inclusão de crianças deficientes nas escolas é benéfica a todas justamente porque quando pensamos com elas sobre o conceito de normalidade, as realidades diferentes se chocam e não é mais possível adotar a mesma medida. Torna-se um exercício escutar as vozes das crianças deficientes e, ao mesmo tempo, pensar com elas o que pode ser considerado normal, bem como a noção de competência, afetando positivamente todo o grupo (FRANCK, 2014, p. 5).

A perspectiva musical na concepção dos surdos pode nos ajudar a pensar como sons e músicas podem ser introduzidos e abordados na aula a partir de técnicas que muitas vezes são trazidas por pessoas de fora da comunidade surda, ou reproduções de práticas de ouvintes que, em sendo assim, não promovem o diálogo necessário para que aquele objeto possa ser transformado para outro meio, no caso, o visual e o tátil (STROBEL, 2008, p. 83). Essas noções que são construídas socialmente só podem ser alteradas por meio da inserção da ruptura da normalidade de entender quais atitudes pertencem a cada cultura, a dos surdos e a dos não surdos e, por isso, a importância de trazer as crianças surdas para o ambiente que se constrói e se vivencia nas aulas de música, nas quais elas também podem se expressar e ser ouvidas de outros modos (FRANCK, 2014, p. 9). Isto significa, também, participar.

Como dissemos anteriormente, a participação é vinculada a um processo de construção compartilhada entre adultos e crianças, na qual professores incentivam e constroem junto a elas sua autonomia. Um ponto que aprofunda e amplia o entendimento da participação infantil, é o de pensar na inclusão como um dos componentes que promovem uma participação mais efetiva das crianças na sociedade. Ouvir, ver e sentir as vozes por meio das quais falam todas as crianças, as que têm e as que não têm deficiências permite que essas especificidades sejam acolhidas, que se destaquem e que demonstrem o caráter inclusivo da participação infantil, como algo que é de todos.

Participação infantil e possíveis impactos nas trajetórias escolares de crianças e jovens

A participação infantil nas aulas, muitas vezes já questionável, está sendo bastante afetada nas condições pandêmicas em que estamos vivendo, como afirmamos anteriormente. Ao analisar as conduções das aulas relatadas nos relatórios de estágios e nos TCCs que trouxeram os estágios antes da pandemia, é possível perceber o quanto os processos de ensino e aprendizagem musical das crianças foram impactados por esse momento. Enquanto nas aulas presenciais a prática musical podia ser vivenciada e ser tema de conversas de modo recorrente, no modo remoto as vivências e as brincadeiras musicais nem sempre se mostraram viáveis. Assim, atividades de improvisação para exploração da música, diálogos musicais entre professor e aluno(s) ou entre os próprios alunos e práticas coletivas de fazer música - e todo o aprendizado que vem dessas ações-, foram quase que abandonadas e a ênfase, muitas das vezes, recaiu em atividades para as crianças fazerem. Essa perspectiva é reforçada por uma reflexão trazida por uma das estagiárias: *“Infelizmente, muitas das atividades que teriam sido feitas presencialmente em aula não foram possíveis, pois, por exemplo, não é factível a separação das crianças em grupos menores para execução de atividades”* (Relato de estágio nº 1⁷, 2020/1).

A interação entre as crianças é ponto de suma importância no percurso escolar. O contato entre elas é fundamental tanto do ponto de vista educacional quanto social e humano e é reconhecida, por exemplo, ao lado da brincadeira, como um dos eixos estruturantes da educação infantil (DCNEI, 2010, p. 25). A respeito da interação no modo remoto, outra estagiária relatou o seguinte: *“(...) consigo perceber a grande necessidade que as crianças têm de interagir, socializar, de brincar umas com as outras e que, infelizmente, estas regras e combinados (da professora com a classe em questão) não preveem tempo e espaço para estas trocas”* (Relato de estágio nº 2, 2020/1).

Considerando essas situações, é possível tecer reflexões sobre os possíveis impactos da notada falta do pleno engajamento das crianças e jovens nas aulas de música no período inicial das aulas remotas e, conseqüentemente, no declínio de situações propícias e promotoras da participação infantil. A participação das crianças nas aulas, especialmente nas aulas de música, viabiliza que elas se envolvam e se acostumem à prática participativa, o que pode afetar o papel que desempenham em outros setores da sociedade. Com a prática participativa, verifica-se que as crianças desenvolvem maior confiança e se sentem mais livres

⁷ Para manter o anonimato dos estagiários retiramos as identificações e numeramos os relatos.

para manifestarem-se a respeito de diversos outros assuntos que afetam diretamente suas vidas. Numa sociedade democrática, esse movimento é essencial: a participação infantil promove, desde cedo, o envolvimento dos cidadãos, que as crianças já são, com a esfera político-social da sala de aula, da escola, das comunidades, do seu entorno nas praças e parques e, também, com seu país e com o mundo.

A participação das crianças como produto final na democracia em geral, mas também em esferas reduzidas, como no âmbito escolar é um reflexo direto do nível de participação adulta nesta cultura e sociedade. Assim, a busca pela maior oportunidade de participação infantil nas aulas e nos demais micro espaços que lhes concernem significa, além da valorização das vozes das crianças e jovens, um impulso para a construção de uma comunidade e de uma sociedade mais democrática (HART, 1992, p. 7, tradução nossa).

Para além disso, as trocas de ideias e pontos de vista entre adultos e crianças é uma fonte constante de atualização das práticas sociais, culturais e econômicas, que impele o país na direção dos avanços sociais. Desse modo, “a colaboração entre os adultos e as crianças deveria ser o cerne de toda sociedade democrática que busca a sua melhoria, fornecendo continuidade entre passado, presente e futuro” (HART, 1992, p. 23, tradução nossa).

Considerações finais

Esta comunicação de pesquisa trouxe reflexões resultantes de duas P-IC que fizeram parte de investigação docente vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina, cujo objeto de estudo é a participação infantil em aulas de música.

Partindo de dados de relatórios de estágios realizados no primeiro semestre letivo de 2020 em formato emergencial remoto, e de dois TCCs que abordaram os estágios desenvolvidos em aulas presenciais no ano anterior, as leituras e análises dos dados foram o mote para as reflexões empreendidas nessas duas pesquisas, as quais buscaram responder a duas questões: (1) Como podemos pensar a participação de crianças surdas?; (2) Quais são os indicativos dos impactos que a participação de crianças e jovens em aulas de música poderia provocar em suas trajetórias escolares?

Para responder às duas questões, buscamos apoio teórico nas relações da Educação Musical com a Sociologia da Infância, em documentos legais que afirmam que as crianças são sujeitos de direitos e que a participação é um deles. Estudos sobre Inclusão vieram se juntar a esses referenciais e, nessa soma de saberes, pudemos refletir sobre as temáticas das duas P-IC.

Conforme mencionado anteriormente, a participação se demonstra fundamental para o incremento das relações das crianças com o espaço público, ao considerá-la como parte de um processo decisório maior que visa o exercício da cidadania. Nas aulas de música, em particular, encontramos espaços para que a participação possa acontecer nas interações marcada por processos de escuta de todas as vozes que ecoam nas escolas, vozes de crianças, adolescentes e jovens, com e sem deficiência, pertencentes a diferentes classes sociais, gêneros, etnias, culturas e a distintas geografias que envolvem, nessa construção, as vozes de professores igualmente.

Do ponto de vista das crianças surdas, mesmo que a sua presença não tenha sido relatada, sua ausência nos coloca em estado de alerta ao perguntarmos: elas têm sido ouvidas e consideradas nas aulas em formato remoto, ou no envio de atividades para aquelas que não dispõem de acesso à internet? Quando fazemos essa pergunta, consideramos a possibilidade de que elas possam ter sido altamente impactadas nesse momento, ocasionando seu apagamento.

Quanto ao impacto da participação nas trajetórias escolares de crianças e jovens, apesar de não podermos analisar esse fator ao longo do tempo, visto que a pesquisa analisou dados de um curto período na vida desses sujeitos, torna-se possível, todavia, tecer considerações tendo em vista a importância da participação nas vidas de todos os cidadãos. Os processos participativos e seus resultados, ainda que aconteçam em micro realidades sociais como é o caso das aulas de música, envolvem falar e ser ouvido, pensar e refletir juntos sobre quais escolhas relativas à linguagem musical podem ser feitas e sobre o porquê delas. Além disso, pensar processos e chegar a resultados, em um ambiente de trocas de ideias e compartilhamento de saberes são, por sua vez, exercícios participativos que podem estar sempre presentes nas aulas.

Para concluir, reforçamos que a participação infantil possa ser sempre considerada ao propormos e conduzimos processos de ensino e aprendizagem da música, como uma dimensão que faz parte de planejamentos não apenas das aulas de estagiários, mas de todos que são professores de música. Consideramos, portanto, que participação infantil é uma questão importante a ser debatida também na Educação Musical, de modo a fomentar tempos e espaços mais inclusivos, participativos e democráticos nas aulas de música.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete. *Sociologia da Infância: traçando algumas linhas*. Contemporânea, v. 8, n. 2, p. 371-383, 2018. Disponível em: https://www.moodle.udesc.br/pluginfile.php/905161/mod_resource/content/2/Abramowicz_SI_tra%C3%A7ando%20algumas%20linhas.pdf. Acesso em: 29/11/ 2020.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BIAZON, Stênio. Encontro com Carlos Kater: vida em movimento e “A Música da Gente”. *Revista MEB*, vol. 10, n. 12, p. 6-29, 2020. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas_meb/index.php/meb/article/view/229/110. Acesso em 29/Jul/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Casa Civil, Presidência da República. Decreto nº 99.710, 21/Nov/1990. *Promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 20/Jul/2021.
- CUNHA, Sandra Mara da. Crianças e música: educação musical e estudos da infância em diálogo. *childhood & philosophy*, v. 16, p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/48349>. Acesso em 18/Jun/2021.
- CUNHA, Sandra Mara da. Quebra-cabeça sonoro: um jogo chamado criação musical. *Orfeu*, vol.2, n. 2, p. 045-068, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530402022017045>. Acesso em 16/Mar/2020.
- FRANCK, Karianne. Contributions of Disability Studies and Childhood Studies to Understanding the Construction of “Normality” and “Disability” in Day-Care Settings. Noruega: *BARN*, vol. 32, n.1, p. 57-69, 2014.
- FAIRCLUGH, Norma; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. *Critical Realism and Semiosis*. Department of Sociology, Lancaster University, Lancaster, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313037147_Critical_realism_and_semiosis. Acesso em: 20/Jul/2021.
- HART, Roger A. *Children’s participation from tokenism to citizenship*. Florence: United Nations Children’s Fund, Innocenti Research Centre, 1992.
- KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. (Anais) *4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa/6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*, vol. 2, p. 243-247, 2015.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a infância como um fenômeno social. (apresentação de Maria Letícia Nascimento). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, 2011.

RODRÍGUEZ-PASCOAL, Ivan. ¿De invisibilidad a estigmatización? Sociología del adultismo en tiempos de pandemia. *Linhas Críticas*, Brasília, vol. 26, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36364/29675>. Acesso em 14/Jul/2021.

SCHAMBECK, Regina Finck. Vendo, sentindo e tocando: processos de musicalização de crianças surdas. *ORFEU*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 114-132, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530402022017114>. Acesso em 20/Jun/2021.

SOARES, Natália Fernandes. Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Proteção e da Participação. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 7, n. 12, 2005. Disponível em: <https://www.moodle.udesc.br/mod/resource/view.php?id=309294>. Acesso em: 27/Out/2020.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora UFSC, 2008.

TOMÁS, Catarina. Participação não tem idade: participação das crianças e cidadania da infância. *Contexto & Educação*, Ijuí-RS, v. 22, n. 78, p. 45-68, Jul./Dez. 2007.

TONUCCI, Francesco. “Pode um vírus modificar a escola?”. (Palestra) *NEPEI/UFMG*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KFGJKPX1iU4>. Acesso em: 24/Jul/2021.

VENAGLIA, Guilherme; LOPES, Renato. Um milhão e meio de crianças perderam pais, avós ou cuidadores para Covid-19. *CNN Brasil*, Internacional, São Paulo, 19/Jul/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/07/19/um-milhao-e-meio-de-criancas-perderam-pais-avos-ou-cuidadores-para-covid-19>. Acesso em 19/Jul/2021.

UNITED NATIONS. Human Rights Office of the High Commissioner. *Convention on the Rights of the Child*, 20/Nov/1989. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx>. Acesso em: 25/Jun/2021.